

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.009 - SP (2018/0345093-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTE**
ADVOGADOS : **RAFAEL MARTINS - SP256761**
 : **DAVI SERVO DA SILVA E OUTRO(S) - SP276669**
AGRAVADO : **ANDREA REGINA GARRIT CONEGLIAN CONTI**
ADVOGADO : **RENATA CAROLINE CONTI DOMINGUES - SP331590**

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interposto por CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTES - CEUBAN, contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 364):

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS Ação de rescisão do contrato cumulada com indenização julgada parcialmente procedente Propaganda enganosa Panfleto publicitário divulgando tempo de duração de curso de pós- graduação inferior ao efetivamente praticado pela instituição de ensino Informação determinante para a adesão ao curso e ratificada pelos prepostos da instituição educacional na fase pré-contratual Fato incontroverso nos autos Rescisão do contrato e restituição das prestações pagas pelo curso Dano moral configurado Quantum indenizatório arbitrado em R\$ 15.000,00 que não comporta redução Verba honorária advocatícia majorada para 15% do valor da condenação, a termo do disposto no artigo 85, parágrafo 11, do NCPC – Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração pelo recorrente (fls. 373-375), foram rejeitados (fls. 377-379).

Nas razões do recurso especial (fls. 382-389), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 186, 884, 927 e 944, do Código Civil, e art. 371, II, 373, II, do Código de Processo Civil.

Em apertada síntese, sustenta que incabível a condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos morais, uma vez que inexistente a conduta ilícita e ausente a demonstração cabal de publicação equivocada feita pela recorrente.

Subsidiariamente, requer a redução do valor da indenização por danos morais.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 417-422.

É o relatório.

DECIDO.

2. Ao analisar a demanda, à vista dos elementos fático-probatórios constantes nos autos, a Corte de origem assentou (fls. 367-370):

A tal conclusão se chega tendo-se em conta, em primeiro lugar, que é fato incontroverso nos autos, porque admitido expressamente pela apelante, que o documento de fl. 21, no qual está fundada a pretensão deduzida na inicial, foi emitido e divulgado por polo universitário que atua divulgando seus cursos, ou seja, como verdadeiro preposto comercial, como bem reconhecido no julgado combatido.

Não bastasse isto, a testemunha DAIANE REGINA, recepcionista da apelante no polo universitário do município de Macatuba e responsável pelo primeiro atendimento da apelante naquele polo universitário, confirmou de forma categórica que ratificou à apelante, sob orientação da gestora do polo universitário de Macatuba, a informação equivocada de que o curso teria duração de oito meses. Disse, também, que apenas no decorrer do curso tomou conhecimento de que ele não seria concluído em oito meses. Confirmou que a informação a respeito do tempo de duração do curso, divulgado no documento de fl. 21 e confirmado pelos prepostos da apelante, foi circunstância determinante para a contratação (fl. 230).

Note-se, ainda, que a apelada confirmou de forma pormenorizada em seu depoimento pessoal que a informação a respeito do tempo de duração do curso, retratada no panfleto de fl. 21 e confirmada na fase pré-contratual pelos prepostos da apelante, foi circunstância determinante para a contratação, pois a obtenção de titulação acadêmica em período superior ao divulgado a impossibilitaria de obter a tempo a pontuação necessária para uma melhor classificação no processo de remoção e atribuição de classes e aulas do quadro do magistério do município de Macatuba, relativo ao ano letivo subsequente (fl. 229).

A testemunha KARLA FERNANDA, por sua vez, responsável pelo polo universitário do município de Macatuba, confirmou que ordenou a confecção do panfleto de fl. 21 e que esta peça publicitária tinha a finalidade de atrair alunos para a universidade (fl. 231).

Observe-se, também, que a propaganda enganosa foi inadvertidamente reafirmada pela apelante quando o curso já estava em andamento, ao enviar à apelada o e-mail de fl. 29, por meio do qual informou que o TCC seria elaborado durante o curso.

Incontornável o reconhecimento, portanto, de que houve afronta ao dever de informação, transparência e boa-fé objetiva que devem pautar as relações contratuais, sobretudo as de cunho consumerista, em conta o disposto nos artigos 47 e 51, do Estatuto do Consumidor.

A apelada agiu com boa-fé, tentando exaustivamente resolver o problema, sem que a apelante tenha se disponibilizado a solucioná-lo.

A apelante não agiu corretamente e, ao elaborar o panfleto publicitário, não deu aos consumidores noção exata da duração do curso oferecido.

A forma como o panfleto de fl. 21 foi redigido é incompatível com o princípio da boa-fé objetiva que deve reger as relações de consumo, impondo-se o reconhecimento da nulidade daquela avença, nos termos do artigo 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor.

Em tal documento não há maiores informações a respeito do real tempo de duração do curso oferecido, irrelevante o fato de no contrato de prestação de serviços constar informação diversa, pois, como também restou incontroverso, não há notícia nos autos de que à apelante foi dada a oportunidade de confrontar tais documentos na fase pré-contratual, evidente a violação ao direito de informação previsto no Código de

Defesa do Consumidor.

Segue que, por não ter sido dada oportunidade à apelada de tomar conhecimento prévio da duração do curso prevista no contrato, este não a obriga. Por isso que correta a determinação de devolução integral da quantia paga pela apelada.

A apelada, além de ter frustrada a justa expectativa de incremento patrimonial com a conclusão do curso de pós-graduação dentro do período prometido sem o qual, como anotado anteriormente, ficou impedida de obter a tempo a pontuação necessária para uma melhor classificação no processo de remoção e atribuição de classes e aulas do quadro do magistério do município de Macatuba, para o ano letivo subsequente foi submetida ao calvário narrado na inicial, vendo-se forçada a entrar em contato diversas vezes com a apelante a fim de obter informações sobre a conclusão do curso.

Induvidoso, portanto, que na espécie ocorreu dano moral passível de composição por parte da apelante.

O quantum indenizatório arbitrado em primeiro grau, no importe de R\$ R\$ 15.000,00, foi corretamente dimensionado, em conta o entendimento de que reparação desse jaez deve compensar o constrangimento experimentado pela vítima, como também se prestar como fator de desestímulo a que a infratora não incorra no futuro em procedimento semelhante.

É preciso sopesar, aqui, o fato de que durante meses a fio a apelada teve toda sua vida mobilizada para concluir o curso, sendo aprovada em todas as disciplinas e realizado regularmente o pagamento das prestações do contrato, sem que isto, ao cabo do período de oito meses, tenha lhe proporcionado qualquer contrapartida.

A convicção a que chegou o acórdão acerca da ocorrência de danos morais decorrentes de propaganda enganosa praticada pela recorrente decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

3. Outrossim, no que concerne ao montante fixado a título de indenização por danos morais, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Dessa forma, não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de reparação moral decorrente de propaganda enganosa praticada pela recorrente, de modo que a sua revisão também encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

